

/ PALAVRA DO LEITOR

Bares no Beira-Rio

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) moveu uma ação contra os bares em frente ao Beira-Rio, que limitava o funcionamento em dias de jogo, mas o Tribunal de Justiça do RS analisou um pedido de reconsideração e determinou, em liminar, que os estabelecimentos poderão funcionar durante as partidas (Jornal do Comércio, edição de 31/07/2026). Porto Alegre está inexplicável - incentivaram investimento na Cidade Baixa para depois proibir; construíram o trecho 3 na Orla do Guaíba onde tem a pista de skate e os jovens não podem frequentar à noite, os bares no entorno dos estádios estão sendo proibidos e não podem ser realizados eventos no Parque Harmonia. (Rudinei de Mello Neves)

Bares no Beira-Rio II

Na Copa Feminina, será liberada a venda de bebidas até dentro do estádio, mas para a torcida de times não pode. A Fifa está mandando até em leis internas do País. (Eduardo Tolotti)

Indústria

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) projeta queda de 20% na receita líquida de vendas do setor em 2026 (JC, 30/07/2026). As vendas estão baixas em todos os setores, ninguém vende nada. (Marco Antônio Marcon)

Varejo

Depois de 10 anos no Paseo Zona Sul, a Petisqueira transferiu sua unidade para o Zaffari Hípica, também na Zona Sul de Porto Alegre (JC, 27/07/2026). Moro no bairro há muitos anos e acompanhei de perto a história do Paseo. Houve uma época em que aquele lugar era cheio de vida, um ponto de encontro, sempre movimentado e agradável. Depois, os estabelecimentos foram saindo, um a um. A Petisqueira ainda conseguiu devolver um pouco do movimento ao espaço, mas, com aluguéis tão elevados e a cobrança de estacionamento até para os clientes, ficou difícil qualquer negócio se manter por muito tempo. A sala onde funcionava a pizzeria segue vazia até hoje. Reformaram o deck, provavelmente na expectativa de atrair um novo locatário, mas, até agora, nada. É triste ver um espaço que já foi uma referência para o bairro chegar a esse ponto. (Daiana Vaz)

Litoral Norte

O Litoral Norte é a região que mais cresce no Rio Grande do Sul, mas tem infraestrutura como desafio (JC, 27/07/2026). O que perdura no litoral é construir e construir, mas não cogitam expandir as redes de esgoto e elétrica. Eu jamais seria contra qualquer construção, desde que ela venha com um projeto pronto de autossuficiência em tratamento do seu próprio esgoto, antes de jogá-lo na rede pública (como já temos exemplos desse tipo de exigência em outras praias). É preciso coerência e respeito a quem já é morador do litoral, é o mínimo que as prefeituras deveriam ter. (Irvando Corte)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Cuidar das pessoas é cuidar da cidade

Nelson Beron

Em 2025, Porto Alegre investiu R\$ 309,3 milhões na política de assistência social. A cidade mantém uma rede formada por 98 Organizações da Sociedade Civil, vinculadas por 146 termos de parceria, que amplia a capacidade de atendimento do município. Somente nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são 9.096 vagas para crianças de 6 a 14 anos, 2.058 para adolescentes de 15 a 17 anos, 640 vagas do Pro Jovem, 90 para adultos e 1.570 destinadas à população idosa. Mais do que números, esses investimentos representam vidas protegidas e oportunidades construídas diariamente.

Cada uma dessas vagas significa uma criança mais distante do trabalho infantil, um adolescente menos exposto à violência, um jovem com acesso à qualificação, um idoso acolhido em um espaço de convivência e uma família fortalecida para superar a vulnerabilidade. É essa rede silenciosa que impede que milhares de pessoas sejam empurradas para a exclusão, para a situação de rua ou para a criminalidade.

A assistência social raramente ocupa espaço nas conversas do dia a dia. Talvez porque, quando funciona, ela se torna invisível para quem não depende dela. Mas bastou a tragédia das enchentes de 2024 para que Porto Alegre percebesse sua verdadeira dimensão. Em meio ao maior desastre climático da história, a atuação integrada entre poder público, organizações sociais e voluntários mos-

trou que investir em assistência social é proteger vidas antes, durante e depois das crises.

Esse trabalho acontece diariamente nos 23 CRAS e 9 CREAS, além das entidades parceiras presentes nos territórios. São equipes que acolhem, orientam, fortalecem vínculos familiares, promovem inclusão produtiva e criam oportunidades para que as pessoas recuperem sua autonomia.

O Brasil precisa ampliar o debate sobre o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mais do que transferir renda, é necessário investir em qualificação profissional, inclusão produtiva, empreendedorismo social e fortalecimento comunitário. Uma sociedade verdadeiramente desenvolvida não se mede apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade de oferecer dignidade e oportunidades para todos.

Porto Alegre tem avançado nessa direção. O trabalho conjunto entre poder público, organizações da sociedade civil, voluntários e trabalhadores do SUAS demonstra que cuidar das pessoas é, acima de tudo, investir no desenvolvimento da cidade.

Secretário-adjunto de Assistência Social de Porto Alegre

Essa rede silenciosa impede que milhares de pessoas sejam empurradas para a exclusão

Proteger indígenas é proteger o futuro

Claudine Rodembusch

O Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado em 9 de agosto, convida a uma reflexão que ultrapassa o reconhecimento da diversidade cultural. Discutir a proteção jurídica dos territórios indígenas é tratar, ao mesmo tempo, de direitos humanos, preservação ambiental e justiça climática. Não por acaso, essas terras concentram algumas das áreas mais preservadas do planeta e funcionam como barreiras naturais contra o desmatamento, protegendo estoques de carbono, a biodiversidade e o equilíbrio dos regimes de chuva.

As mudanças climáticas tornam essa discussão ainda mais urgente. Secas, enchentes e outros eventos extremos ameaçam a segurança alimentar e a sobrevivência física e cultural dos povos originários, enquanto ampliam a pressão de invasores sobre seus territórios. Garantir a demarcação e a proteção dessas áreas deixa de ser apenas uma obrigação constitucional e passa a ser uma estratégia indis-

pensável de enfrentamento da crise climática.

O Brasil possui um dos mais robustos arcabouços jurídicos de proteção aos povos indígenas, com destaque para a Constituição Federal, a PN-GATI e compromissos internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT. Mas a distância entre a lei e sua efetivação ainda é expressiva. A fiscalização insuficiente, o garimpo ilegal e as pressões econômicas continuam colocando em risco direitos já reconhecidos.

Por isso o Poder Judiciário tem desempenhado papel decisivo ao reafirmar que os direitos territoriais indígenas são originários e independem do chamado marco temporal. Ainda assim, persistem conflitos entre decisões judiciais, iniciativas legislativas e interesses econômicos que retardam a proteção dessas comunidades.

Além de preservar territórios, é preciso reconhecer o conhecimento ancestral dos povos indígenas como parte das soluções para enfrentar as mudanças climáticas. Estado, sociedade e instituições de Justiça compartilham essa responsabilidade. Afinal, proteger os povos indígenas não significa apenas reparar uma dívida histórica, mas investir na principal política climática de que dispomos para garantir um futuro mais sustentável para toda a humanidade.

Docente do curso de Direito da Estácio